



-----ATA NÚMERO VINTE E DOIS / DOIS MIL E VINTE E QUATRO-----

----ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO----

-----MARCO DE CANAVESES DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024-----

---- Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, nos Paços do Concelho, presidida pela Senhora Cristina Lasalete Cardoso Vieira, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Senhores Vereadores: Nuno Vítor Diogo Pinto, Mário Bruno Silva Magalhães, Clara Marília Soares Marques, Pedro Filipe da Silva Pinto, António Manuel Pinto da Silva Mota, Mário Luís da Silva Monteiro, e comigo, Maria da Piedade Teixeira Ferreira, Técnica Superior da Divisão de Administração e Arquivo da Câmara Municipal, como secretária da presente reunião, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal do Marco de Canaveses. Quando eram nove horas e trinta minutos, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

---- A Senhora Presidente deu início à reunião, procedendo à leitura do auto de posse do Vereador António Manuel Pinto da Silva Mota, em substituição do Vereador Francisco José de Sousa Vieira. -----

---- Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente deu por encerrado este período, passando para a ordem de trabalhos. -----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

1. *Suplemento de Penosidade e Insalubridade – Ano 2025* (Doc. 1). Presente à reunião proposta da Sra. Presidente acompanhada dos pareceres da GRAL, DRH e Representantes dos trabalhadores, de 25.11.2024. -----



Deliberado por unanimidade aprovar a proposta nos termos apresentados.

2. *Protocolo de Colaboração celebrado entre o Centro Qualifica da Escola Profissional e Tecnológica PROFENSINO e o Município do Marco de Canaveses* (Doc. 2). Presente à reunião minuta do protocolo, parecer e proposta da Sra. Vereadora Clara Marques, mencionados. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara. 26.11.2024”. -----

Deliberado por unanimidade aprovar e aceitar a adesão ao protocolo acima referido, nos termos aí propostos, entre o Centro Qualifica da Escola Profissional e Tecnológica PROFENSINO e a Câmara Municipal de Marco de Canaveses. Mais se delibera dar poderes à Senhora Presidente ou seu substituto legal para outorgar no respetivo protocolo. -----

3. *Para conhecimento: Informação sobre os compromissos plurianuais à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA* (Doc. 3). Presente à reunião informação mencionada. -----

Tomado conhecimento. À Assembleia Municipal para conhecimento. -----

4. *4.ª Revisão – Alteração às Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal no Ano Económico de 2024* (Doc. 4). Presente à reunião proposta do Sr. Vice-Presidente, Nuno Pinto, e demais documentos mencionados. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara. 26.11.2024”. -----

Deliberado por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Mário Luís Monteiro e António Mota, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, a 4.ª Revisão – Alteração às Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal no Ano Económico de 2024, nos termos do disposto



no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 33.º, e da alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as revisões orçamentais. (Alterações Modificativas). -----

5. *Participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares aos rendimentos de 2025* (Doc. 5). Presente à reunião proposta do Sr. Vice-Presidente, Nuno Pinto, e demais documentos mencionados. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara. 26.11.2024”. -----

Deliberado por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal, por ser uma competência própria desta, o pedido de autorização para fixação da participação de 3% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, relativa a rendimentos do ano 2025, mantendo o esforço de redução desta carga fiscal sobre os rendimentos dos Marcoenses em 40%. -----

6. *Lançamento de Derrama Municipal para o ano de 2024 (a cobrar em 2025)* (Doc. 6). Presente à reunião a proposta do Sr. Vice-Presidente, Nuno Pinto, e demais documentos mencionados. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara. 26.11.2024”. -----

Deliberado por maioria, com três abstenções dos Senhores Vereadores Mário Luís Monteiro, António Mota e Mário Bruno Magalhães, aprovar a proposta nos termos apresentados e de acordo com as alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e submeter à Assembleia



Municipal o pedido de autorização para o lançamento das taxas a aplicar ao Lucro Tributável do período fiscal de 2024 (a cobrar em 2025). -----

----- O Senhor Vereador António Mota, no uso da palavra, anunciou antecipadamente o seu voto de abstenção, justificado pela coerência na defesa de algo que o Partido Social Democrata tem vindo a propor, a redução da taxa de Derrama para 0,8%. -----

7. Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2024 (a cobrar em 2025) (Doc. 7). Presente à reunião a proposta do Sr. Vice-Presidente, Nuno Pinto, e demais documentos mencionados. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara. 26.11.2024”. -----

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta nos termos apresentados, e nos termos das alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, mantendo as taxas nos mínimos legais admissíveis e submeter à Assembleia Municipal, por ser uma competência própria desta, o pedido de autorização para fixação das taxas para o ano de 2024 (a cobrar em 2025) do Imposto Municipal sobre Imóveis, nos termos seguintes: a) Prédios urbanos – 0,3 %; b) Redução fixa do IMI (em €) a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar com dependentes a cargo, e que seja efetivamente afeto a tal fim: (1) Famílias com 1 dependente a cargo – 30€ (trinta euros); (2) Famílias com 2 dependentes a cargo – 70€ (setenta



euros); (3) Famílias com 3 ou mais dependentes a cargo – 140€ (cento e quarenta euros). -----

8. *Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2025* (Doc. 8). Presente à reunião a proposta do Sr. Vice-Presidente, Nuno Pinto e demais documentos mencionados. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: “À Câmara. 26.11.2024”. -----

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta nos termos apresentados, e nos termos da alínea b) e c) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e submeter à Assembleia Municipal o pedido de autorização para fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP, para o ano de 2025, em 0,25% sobre a faturação emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município do Marco de Canaveses. -----

----- O Senhor Vice-presidente, Nuno Pinto, na apresentação deste ponto, fez notar que no que concerne à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses já se encontra a aplicar a taxa máxima legalmente prevista para este imposto, pelo que qualquer outra diligência que possa ser tomada extrapola claramente as suas competências. -----

----- O Senhor Vereador Mário Bruno Magalhães, no uso da palavra, considerou manifestamente insuficiente a receita arrecadada pelo Município por via desta taxa, cerca de 15.000€ anuais, levando em consideração as intervenções que sistematicamente são levadas a cabo, deteriorando as vias públicas, por



operadoras que faturam milhões de euros. -----

----- Neste sentido, deixou o alerta para que eventualmente a Câmara Municipal possa fiscalizar mais de perto esta situação, tendo também em atenção o assinalável número de postes sobrecarregados com cabos.

9. Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano 2025. (Doc. 9). Presente à reunião documentos previsionais das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025, acompanhado com a proposta da Sra. Presidente de 26 de novembro de 2024. -----

Deliberado por maioria, com três abstenções dos Senhores Vereadores Mário Bruno Magalhães, Mário Luís Monteiro e António Mota, com apresentação de Declaração de Voto, aprovar os documentos previsionais das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano financeiro de 2025. A submeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo Diploma. -----

----- O Senhor Vice-presidente da Câmara, Nuno Pinto, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, conforme seguidamente se transcreve. -----

----- *“O valor do Orçamento inicial para o ano de 2025 é de aproximadamente 62.500.000€, o que representa um aumento de 10.900.000€ - mais 21,2% por comparação com a previsão para o ano económico de 2024.* -----

----- *Do lado da receita, verifica-se que as receitas correntes esperadas apresentam uma variação positiva de aproximadamente 2.500.000€, em grande parte justificada pelo aumento das transferências correntes do Estado, via*



Orçamento de Estado. -----

----- Nas transferências de capital, prevê-se uma variação positiva de aproximadamente 8.300.000€, sustentada no aumento do agregado das transferências de capital provenientes do Orçamento de Estado e do Orçamento da União Europeia – no caso, a finalização do Portugal 2020, o início da execução do Portugal 2030 e a continuação da execução do PRR, principalmente. -----

----- Do lado da despesa, verifica-se que as despesas correntes atingem o valor de 30.300.000€. As despesas com pessoal apresentam um aumento de 7,2%, atingindo o total previsto de 14.700.000€, e assim representam 23,6% do total da despesa. -----

----- O agregado económico da aquisição de bens e serviços evidencia um aumento de 5,7% de dotação orçamental em relação ao ano de 2024. -----

----- As transferências correntes registam um decréscimo de 4,4%, também, e em grande parte, em consequência de não se encontrar orçamentado qualquer valor de apoio às famílias e empresas para a isenção das ligações à rede de água e saneamento, que deixam de ser da responsabilidade do Município, por via do recente acordo com a empresa concessionária destes serviços. -----

----- No âmbito das transferências correntes para as freguesias, que atingem o valor de 3.200.000€, de referir que os contratos interadministrativos na área da educação e os autos de transferência de competências no âmbito da limpeza de vias, espaços verdes e mobiliário urbano foram alvo de atualização anual, conforme os fatores previstos nos acordos com as freguesias – nuns casos, a



taxa de inflação nos últimos doze meses, por referência ao mês de setembro de 2024, que foi de 2,2%, e noutros casos, pela atualização da remuneração mínima mensal garantida, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025, que será de 870€. -

----- Do lado das despesas de capital, referência para o agregado das aquisições de bens de capital, que coincide com o PPI – Plano Plurianual de Investimentos, que se estima que ascenda a 29.800.000€, o que representa um acréscimo de 8.600.000€ em relação ao valor inicialmente previsto para 2024. -----

----- Do PPI, destaque para três áreas de forte investimento municipal previsto para 2025: saneamento e abastecimento de água, habitação social e infraestruturas e ordenamento do território. -----

----- No saneamento e abastecimento de água, as empreitadas já definidas e dotadas em Plano são de aproximadamente 9.800.000€ de investimento, o que representa, por si só, um encargo plurianual total de 16.600.000€. -----

----- Nas infraestruturas rodoviárias e ordenamento do território, estão contempladas empreitadas que ultrapassam o valor de 7.100.000€, e que incluem os investimentos de proximidade. -----

----- Na habitação social, encontra-se em Plano e em desenvolvimento a Estratégia Local de Habitação, com o Marco Habita Social e o Marco Habita Jovem, que prevê a construção de habitação de raiz e requalificação de edifícios escolares sem uso, num valor aproximado de 6.140.000€ de investimento previsto para 2025. -----

----- Todos estes investimentos estão devidamente detalhados pelos seus nomes, e onde vão ser feitos, no relatório.” -----



----- O Senhor Vereador António Mota, no uso da palavra, efetuou a intervenção que seguidamente se transcreve na íntegra, servindo igualmente como declaração de voto. -----

----- *“Ao entrarmos no oitavo ano consecutivo de governação socialista, é evidente que, quase uma década depois, o Executivo Municipal falhou nos seus principais compromissos eleitorais. -----*

----- *Este Orçamento para 2025, que se apresenta como mais um “maior Orçamento de sempre”, reflete, não o progresso prometido, mas a incapacidade crónica do Executivo em transformar a ambição em resultados concretos. -----*

----- *Entre todas as promessas logradas, o caso mais flagrante é o do acordo com a empresa Águas do Marco, em que em vez de resolver um problema histórico, o Executivo agravou a situação dos Marcoenses, perpetuando tarifas elevadas, desigualdades no acesso a serviços essenciais, e um contrato que penaliza o futuro e a sustentabilidade financeira do Município. -----*

----- *O Orçamento para 2025, tal como o dos anos anteriores, falha em adotar propostas fundamentais defendidas pelo PSD, assim como falha em cumprir os próprios princípios eleitorais da campanha do PS, em 2017. -----*

----- *Em particular, destacamos as seguintes lacunas: falta de ambição na atração de ensino superior, este Orçamento ignora a oportunidade de projetar Marco de Canaveses como um centro regional de ensino superior, um objetivo estratégico que transformaria económica e socialmente o concelho, limitando-se o Executivo a anúncios para um futuro sem data nem planos. -----*

----- *Os impactos positivos do ensino superior seriam múltiplos: estímulo ao setor*



imobiliário, comércio local e serviços, retenção e atração de jovens talentos, contribuindo para o combate ao envelhecimento populacional, promoção de inovação e ligação ao tecido empresarial, fortalecendo as indústrias locais. -----

----- Além disto, insuficiência na promoção de parques industriais e incentivos à economia local. O Orçamento continua a negligenciar o investimento em parques industriais estruturados e na criação de incentivos reais para atrair empresas.

Sem espaços adequados e uma política fiscal com vontade política, Marco de Canaveses perde competitividade para concelhos vizinhos. Não se preveem medidas concretas para fomentar verdadeiramente a economia local, apoiar pequenas e médias empresas ou criar empregos sustentáveis, apesar do aumento significativo do Orçamento. -----

----- A ausência de políticas de incentivo à natalidade e fixação de jovens casais, num contexto de declínio demográfico é incompreensível que o Orçamento não inclua programas robustos de incentivo à natalidade e apoio à fixação de jovens casais. Uma medida essencial que podia ser considerada seria a adoção de benefícios para jovens casais residentes no concelho, como um cheque natalidade. -----

----- O Município falha em apresentar políticas que respondam ao desafio demográfico, comprometendo o futuro do concelho. -----

----- Insuficiência no investimento em cultura, turismo e apoio social: o Orçamento subestima o potencial da cultura e do turismo como motores de desenvolvimento local. Não se observam estratégias claras para dinamizar o património cultural ou atrair visitantes, nem reforços substanciais no apoio às



famílias em situação de vulnerabilidade. -----

----- Políticas fiscais pouco ambiciosas: embora se mantenham reduções do passado, o Orçamento não reflete uma estratégia fiscal inovadora e atrativa que permita fixar famílias e empresas no concelho, estimular a economia local através de uma maior devolução de rendimento às famílias. -----

----- Este Orçamento limita-se a prolongar medidas fiscais já implementadas há anos pelo PSD, sem introduzir novas abordagens, como é o caso da baixa da Derrama, proposta e defendida pelo PSD. -----

----- Saldo de gerência crescente, reflexo da baixa execução: o saldo de gerência que transitará de 2024 para 2025 reflete a incapacidade crónica deste Executivo de executar os investimentos que inscreve nos Orçamentos. A baixa execução não só compromete a credibilidade das previsões orçamentais, como também impede que os Marcoenses usufruam dos benefícios dos projetos anunciados. -

----- Águas do Marco: a abordagem do tema Águas do Marco na proposta de Orçamento para 2025 carece de uma visão estratégica clara e integradora. O PSD defende uma gestão mais transparente e participativa, garantindo que os investimentos realmente melhorem a qualidade de vida dos munícipes e promovam uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos hídricos no Marco de Canaveses. -----

----- Desafios e recomendações estratégicas: desafios: execução atempada das obras, atrasos recorrentes em projetos anteriores são preocupantes e exigem um maior controlo sobre empreiteiros e prazos. -----

----- Cobertura desigual: algumas localidades podem permanecer desatendidas,



perpetuando desigualdades no acesso a serviços essenciais. -----

----- Recomendações: auditorias periódicas à Águas do Marco; implementar um sistema de avaliação anual para monitorizar a qualidade do serviço e os resultados financeiros; reforçar a transparência, divulgar relatórios regulares sobre a execução de obras e os seus impactos, incluindo percentagens de cobertura e indicadores de desempenho. -----

----- Renegociação do contrato de concessão: rever os termos do contrato com a Águas do Marco, para garantir um maior retorno financeiro e operacional para o Município. -----

----- Planificação estratégica integrada, priorizar investimentos com base em critérios claros. -----

----- Incapacidade de responder às necessidades dos Marcoenses: os saldos orçamentais acumulados, ano após ano, são prova da incapacidade deste Executivo de concretizar os projetos que inscreve nos seus Orçamentos. Este saldo crescente não é sinal de boa gestão, mas sim de baixa taxa de execução orçamental, particularmente nas despesas de capital, que se deveriam traduzir em investimento efetivo para o desenvolvimento do concelho. -----

----- O Partido Socialista prometeu transformar o Marco de Canaveses num concelho mais dinâmico e competitivo, mas a inércia na execução dos Orçamentos está a travar o desenvolvimento económico, a criação de emprego e a melhoria das condições de vida da população. -----

----- Os maiores Orçamentos da história do Município, que deveriam ser sinónimo de progresso, estão a revelar-se uma oportunidade perdida para os Marcoenses.



Por exemplo, apesar do aumento na despesa corrente, não se verificam avanços significativos no apoio às famílias em situação de vulnerabilidade. -----

----- Este Orçamento é mais um reflexo da inércia e falta de visão estratégica que tem caracterizado a governação socialista nos últimos sete anos. O Partido Socialista entrou no último ano do seu mandato sem cumprir os seus compromissos e sem demonstrar capacidade para gerir os recursos disponíveis de forma eficaz e em benefício dos Marcoenses. -----

----- Perante este cenário, o PSD não pode aprovar um Orçamento que não executa os recursos disponíveis, prejudicando o desenvolvimento socioeconómico do concelho, que falha em apresentar soluções concretas e exequíveis para problemas históricos, como o caso flagrante da concessão de água e saneamento. -----

----- Por isso, iremos abster-nos nesta votação.” -----

----- O Senhor Vereador Mário Bruno Magalhães, no uso da palavra, introduziu a sua intervenção com uma nota de ironia, saudando um auditório cheio de Marcoenses a assistir, bem como a presença da comunicação social, naquela que é a apresentação do maior Orçamento de sempre do Município de Marco de Canaveses, nas palavras da Presidente da Câmara – cujos méritos, infelizmente, não poderão ser discutidos como seria exigível, numa reunião pública, mas à porta fechada – perante aqueles que invariavelmente insistem em concordar com tudo o que é dito pela Presidente da Câmara, e retirando voz à argumentação daqueles que discordam – e posteriormente nas redes sociais do Município, sem direito a contraditório. -----



----- Nesta mesma linha, lamentou igualmente que a Presidente de Câmara não tenha sabido honrar a palavra dada, quando se comprometeu que em reuniões em que fossem discutidos temas de relevante importância para o Município procuraria articular o horário da reunião de Câmara com a agenda do Vereador Francisco Vieira, também deputado da nação. -----

----- Olhando para a dimensão do Orçamento Municipal proposto para 2025, na ordem dos 62.500.000€, declarou tratar-se de um instrumento financeiro extremamente relevante nas mãos de alguém que não tem as mínimas competências para o executar – como uma dona de casa ter uma máquina muito sofisticada, mas depois não conseguir por a máquina a trabalhar – o que se traduz, na prática, numa forma de enganar os Marcoenses. -----

----- A título de exemplo, indicou que falar num incremento do apoio às freguesias, ou do investimento no setor da educação, não passa de um embuste político, numa realidade em que os estabelecimentos de ensino se veem privados de coisas tão básicas como simples rolos de papel higiénico, além de outros aspetos manifestamente caóticos no seu funcionamento. -----

----- Reafirmando a ausência de competências técnicas e de conhecimento da Presidente da Câmara – e não se dotar de quem sabe - para assumir com eficiência a execução deste instrumento financeiro, chamou também a atenção para o estado de degradação em que se encontram as estradas do concelho ou alguns estabelecimentos escolares, estado este que, neste último caso, não pode ser disfarçado por meras intervenções de substituição de caixilharia ou de



colocação de capoto, geralmente apresentadas como se de obras de fundo se tratassem. -----

----- Mais afirmou que quem estará certamente a esfregar as mãos de contentamento com esta proposta de Orçamento Municipal para 2025 será a administração da empresa concessionária Águas do Marco, tendo em conta a intenção da Câmara Municipal de transferir para a empresa uma verba a rondar os 10.000.000€, materializada na execução de intervenções de alargamento das redes públicas de abastecimento de água e saneamento, já para não falar da verba adicional necessária para a devida reposição dos pavimentos que se continuam a estragar e que são da responsabilidade dessa entidade. -----

----- Vincou ser este o valor avultado que os Marcoenses terão de pagar por um negócio solitário entre a Presidente da Câmara e a administração da Águas do Marco, que não foi validado por qualquer entidade externa, inclusivamente com o Tribunal de Contas a recusar qualquer pronúncia sobre o mesmo e a devolver o processo à Câmara Municipal. -----

----- Lançando um repto à Presidente da Câmara, desafiou-a a apresentar esta proposta de Orçamento Municipal em reunião pública, chamando os cidadãos e a comunicação social, acrescentando o desafio de permitir que os Vereadores possam usar da palavra na reunião da Assembleia Municipal em que a mesma será apresentada e discutida, isto na circunstância de a Presidente da Câmara estar realmente convencida dos méritos e benefícios desta proposta. -----

----- Declarou que de todos os Vereadores ora reunidos, a Presidente da Câmara será porventura aquela que menos conhecimentos possui acerca de um



Orçamento que, na verdade, tem o seu rosto, elaborado de forma completamente despreocupada. -----

---- Assinalou que a verba destinada às freguesias, na ordem dos 3.200.000€, resulta numa média de menos de 200.000€ para cada freguesia, um valor completamente insignificante para a maioria das freguesias, e para Presidentes de Junta que, repetiu, muitas vezes nem papel higiénico têm para dotar os estabelecimentos de ensino sob a sua responsabilidade. -----

---- Pegando num dos argumentos constantes da declaração de voto do Partido Social Democrata, requereu da Presidente da Câmara a apresentação de um relatório em que constem as derrapagens temporais das obras que a Câmara Municipal está a executar – não deixando de sublinhar que cada dia de atraso resulta em prejuízo para o concelho e para os seus habitantes, acrescentando que tal atraso já não poderá certamente ser justificado com a Covid-19, ou com uma argumentação que incide sobre a falta de mão de obra ou de materiais. ----

---- Privilegiando aquela que é a cabal discussão dos relatórios da execução do Orçamento, em detrimento de propostas de Orçamento que não são mais do que planos de intenções, deixou desde já o desafio para que o debate acerca dos documentos de execução do orçamento relativos ao exercício de 2024 possa ser efetuado numa reunião pública de Câmara. -----

---- Finalizando a sua intervenção, solicitou informação acerca da taxa de execução orçamental na presente data, no que diz respeito ao Orçamento aprovado para 2024. -----

---- O Senhor Vereador Mário Luís Monteiro, no uso da palavra, corroborou a



ideia de que os documentos previsionais materializam um plano de intenções que o Executivo procurará legitimamente concretizar, sempre passível de críticas e de sugestões daqueles que consideram que, de uma forma ou outra, estes poderiam ir mais além, assumindo-se, no entanto, que será o Executivo a ser naturalmente avaliado pela sua competência na execução dos projetos elencados. -----

----- Argumentando que um Orçamento desta dimensão, poderia porventura conter mais alguns projetos, sublinhou que deve ser dada oportunidade ao Executivo para concretização do seu plano, projeto esse que é do Executivo. Da sua parte também optará pela abstenção nesta deliberação. -----

----- A Senhora Presidente, em resposta às intervenções dos Vereadores, e começando por fazer alusão à declaração política do Vereador do PSD, questionou se o Vereador efetivamente reside no concelho, uma vez que a descrição efetuada na sua declaração não corresponde de todo àquela que é a imagem atual do Marco de Canaveses. -----

----- Contrapôs que o Executivo do Partido Socialista não só tem cumprido integralmente com os compromissos assumidos com a população, como inclusivamente tem ido muito além disso em determinadas áreas. -----

----- Não deixando de assinalar que o teor da sua intervenção pelo menos deixa antever uma análise mais profunda ao Orçamento – contrariamente às intervenções dos Vereadores que se seguiram – passou a dar alguns exemplos concretos que refutam em absoluto o argumento relacionado com uma alegada ausência de políticas de incentivo à natalidade e de fixação de jovens, como a



implementação da Estratégia Local de Habitação, que contempla objetivamente uma percentagem de habitações que se destinarão a casais jovens, exatamente para fomentar a sua fixação no Marco de Canaveses, e o cheque natalidade, também presente na proposta de Orçamento. -----

----- Ressalvou, no entanto, que toda a atividade do Município tem natural impacto naquilo que é a atratividade do concelho, não só para os cidadãos, mas também para as empresas, apontando como exemplos a beneficiação de equipamentos e de serviços, como os centros de saúde ou os estabelecimentos de ensino, as excelentes acessibilidades, capacidade de emprego uma vez as empresas marcoenses têm tido a capacidade e resiliência de criar emprego fixar pessoas no concelho Marco de Canaveses. -----

----- Relativamente àquilo que é um reforço do apoio a cidadãos mais vulneráveis, recordou ter sido o Executivo do Partido Socialista a criar, a nível local, o Fundo de Emergência Social, além de protocolos estabelecidos com as Instituições Particulares de Solidariedade Social ao longo do concelho, que acompanham diariamente estes cidadãos e agregados familiares com vulnerabilidades económicas e sociais, que são posteriormente apoiados pelo Município, através dos mecanismos da Segurança Social, um trabalho sensível e permanente, mas que muito orgulha o Executivo e os serviços da Câmara Municipal. -----

----- Sobre aquilo que erroneamente continua a ser classificado como um problema criado pelo atual Executivo, no que concerne ao diferendo judicial com a empresa concessionária Águas do Marco, assinalou que nunca antes na



história do concelho se concretizou um investimento tão avultado em infraestruturas públicas de abastecimento de água e saneamento, cerca de 9.800.000€ consignados em Plano Plurianual de Investimentos para 2025. A este propósito, destacou que só no primeiro mandato do Executivo do Partido Socialista o volume de investimento nesta área estruturante e de fundamental relevância para a população ultrapassou o investimento realizado pelo anterior Executivo do Partido Social Democrata ao longo de doze anos. -----

----- Para além deste investimento significativo, reafirmou que, de facto, foi o Executivo do Partido Socialista que evidenciou capacidade para finalmente encerrar um processo que constituía uma pesada herança, fechando um acordo com a Águas do Marco que coloca um ponto final num problema criado pelo CDS-PP, em 2004, com a assinatura do contrato de concessão, e agravado em 2008 pelo Executivo do PSD, ao proceder à sua modificação unilateral. -----

----- Relativamente à validação deste acordo, argumentou ter sido este discutido e aprovado em sede de reunião de Câmara e de Assembleia Municipal, avaliado pelo Tribunal de Contas e posteriormente homologado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal. -----

----- Sobre a ironia utilizada pelo Vereador Mário Bruno Magalhães no início da sua intervenção, fez questão de salientar ser competência dos Vereadores democraticamente eleitos, e não do comum cidadão que pudesse eventualmente assistir a uma reunião pública de Câmara em que estes temas fossem discutidos, deliberar sobre as propostas de Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal, sendo que aqueles que não possuem competência para tal deveriam



reconhecer as suas limitações e eventualmente abandonar as funções que exercem. -----

----- Aditou que porventura o objetivo do Vereador Mário Bruno Magalhães seria exatamente o oposto, ter a população a manifestar-se numa reunião pública para que estes assuntos não fossem discutidos convenientemente e votados em consciência. -----

----- Em relação à auditoria proposta na declaração política do PSD, referiu que no próprio acordo firmado se encontra a previsão de criação de uma comissão de acompanhamento, à qual caberá esta responsabilidade de fiscalização. -----

----- Neste ponto, explanou que o processo de elaboração de um Orçamento Municipal envolve centenas de horas de trabalho técnico, envolvendo colaboradores das mais diversas áreas, sendo natural que por vezes possam acontecer alguns atrasos na sua efetiva apresentação. -----

----- No referente às obras em execução, declarou que, não obstante algumas derrapagens nos respetivos prazos de execução – muitas vezes por circunstâncias alheias ao Município, e que se prendem sobretudo com a disponibilidade dos empreiteiros, mas também, por exemplo, com as condições meteorológicas, com pedidos de prorrogação de prazos que têm de ser sempre cabalmente justificados – todas as obras lançadas são efetivamente concretizadas. -----

----- Relativamente à referência às tarifas da água, fez notar que o tarifário da Águas do Marco não foi recentemente atualizado, e como nota adicional, chamou a atenção para uma notícia veiculada pela comunicação social, relacionada com



um *ranking* publicado sobre o preço da água nos Municípios a nível nacional, numa informação que incontestavelmente demonstra que, ao contrário do que por vezes é afirmado – num claro exercício de falta de responsabilidade política e de capacidade analítica e argumentativa – o Marco de Canaveses não tem a água mais cara do país, nem do distrito, nem da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, estando atrás, neste quesito, de Municípios como Amarante, Baião, Cinfães, Penafiel ou Lousada. -----

---- Fazendo a ligação à intervenção do Vereador Mário Luís Monteiro, que afirmou que a proposta de Orçamento Municipal para 2025 poderia ser mais ambiciosa, questionou quais foram objetivamente as propostas apresentadas pelo PSD ou pelo CDS-PP para integrar o Orçamento, no âmbito da auscultação que foi previamente realizada ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição. ----

---- O Senhor Vereador Mário Bruno Magalhães, interrompendo a intervenção da Presidente da Câmara, assinalou não ser de bom tom que a Presidente da Câmara esteja a falar de alguém que não está presente na reunião, em virtude de não terem sido tomadas diligências oportunas para conciliar a marcação da mesma com a disponibilidade de agenda do Vereador do PSD, tornando impossível aferir, pela voz do próprio, quais as propostas que terão sido avançadas pelo Partido Social Democrata, em auscultação prévia, para enriquecer a proposta de Orçamento Municipal. -----

---- Neste contexto, não deixou de lamentar o facto de, na qualidade de Vereador, não ter sido convidado para participar destas reuniões prévias de auscultação. -----



----- A Senhora Presidente, retomando a palavra, registou a profunda ignorância do Vereador Mário Bruno Magalhães acerca daquilo que efetivamente constitui o Direito de Oposição. -----

----- Continuando a responder à declaração política do Vereador António Mota, rejeitou liminarmente o argumento segundo o qual o Executivo do Partido Socialista se limita a dar continuidade àquilo que o PSD já fazia anteriormente, algo que é claramente refutado através de exemplos que já foram atrás fornecidos. -----

----- No que concerne à aposta no ensino superior, recordou que já foram trazidos à reunião de Câmara protocolos com o Instituto Politécnico do Porto, que incidem sobre o projeto para as instalações da fábrica adquirida pela Câmara Municipal.

----- Relativamente aos parques industriais, revelou alguns obstáculos com que a Câmara Municipal se tem deparado no referente à ampliação da área industrial em Constance, pela intransigência de alguns proprietários em alienar os seus terrenos. -----

----- Paralelamente, venceu aquele que tem sido o esforço do Município em continuar a proporcionar condições dignas aos empresários no parque industrial em Tuíás, estando previsto para 2025 o lançamento de uma obra de requalificação dessa área industrial, sendo que, ao mesmo tempo, a Câmara Municipal também tem encontrado soluções pontuais para potenciais investidores, de acordo com as prerrogativas do Plano Diretor Municipal, que prevê áreas de acolhimento empresarial que não se situam necessariamente nos grandes parques industriais. -----



----- O Senhor Vereador António Mota, pronunciando-se exatamente sobre este tema, manifestou a sua preocupação com o número de fábricas ou armazéns dispersos que vão surgindo um pouco por todo o concelho, e em particular na Freguesia de Constance, onde reside, o que certamente não será uma mais valia do ponto de vista estético, e sobretudo funcional. -----

----- A Senhora Presidente, em resposta, e não deixando de se solidarizar com esta preocupação, explicou que esta dispersão no que diz respeito à criação de unidades industriais ou empresariais obedece àquilo que se encontra definido no Plano Diretor Municipal aprovado pelo anterior Executivo. -----

----- Acrescentou que o facto de existirem áreas de acolhimento empresarial nas freguesias – as quais só não têm sido mais ampliadas devido à já referida intransigência de alguns proprietários em alienar os seus terrenos à Câmara Municipal, não estando sensibilizados para a mais valia que isso constituiria para a dinamização do tecido económico do concelho – não invalida que possam surgir outras unidades industriais ou equipamentos de apoio, desde que devidamente enquadrados nos critérios definidos no Plano Diretor Municipal. ---

----- Ainda no que diz respeito aos incentivos às empresas, deu nota da criação de um projeto denominado “MarcoInvest”, uma incubadora de empresas através da qual o Executivo tem acompanhado, com grande proximidade e sensibilidade, aquelas que são as principais preocupações e expetativas dos empresários locais. Apontou como exemplo a iniciativa das Escolas Oficina, em que a Câmara Municipal tem levado alunos a conhecer a realidade das empresas, dando assim resposta à preocupação dos empresários relativamente à ausência de mão de



obra qualificada em determinados setores, com os alunos a serem incentivados a seguir algumas áreas específicas de formação, de acordo com aqueles que sejam também os seus interesses. -----

----- No âmbito do MarcoInvest também tem sido dado um forte impulso ao empreendedorismo local, com a atribuição de prémios aos jovens empresários que apresentam projetos inovadores. -----

----- Passando para a intervenção do Vereador Mário Bruno Magalhães, começou por assinalar que, apesar de longa, nada acrescentou, de facto, à discussão dos documentos previsionais para 2025, evidenciando sobretudo um profundo desconhecimento e incapacidade para analisar a proposta de Orçamento – que ficou explícita na caricata referência, em plena discussão das Grandes Opções do Plano e do maior Orçamento Municipal de sempre no Marco de Canaveses, à alegada falta de papel higiénico nas escolas. -----

----- Voltando a fazer referência à ironia na introdução da intervenção do Vereador Mário Bruno Magalhães, com a qual manifestou o seu desejo de ver estes assuntos discutidos numa reunião pública, com as portas abertas à população, reiterou que o poder de decisão se encontra delegado naqueles que são democraticamente eleitos pela população, lamentando-se, por isso, a total incapacidade do Vereador – que em virtude das funções exercidas também se assume como representante da população – para analisar um Orçamento, que também ficam espelhadas na referência à suposta incapacidade da Presidente da Câmara em executar este Orçamento, porventura desconhecendo que a sua



execução, naturalmente, não depende da Presidente da Câmara, mas de toda uma equipa técnica da Câmara Municipal. -----

----- Confrontada pelo Vereador Mário Bruno Magalhães com a circunstância de não ter sido convocado para uma reunião prévia de auscultação no âmbito do processo de elaboração dos documentos previsionais, argumentou serem as reuniões de Câmara o fórum adequado e oportuno para que todos os Vereadores possam manifestar e justificar a sua posição em relação às opções tomadas e elencadas em Orçamento, pelo que a postura do Vereador Mário Bruno Magalhães, lamentando que esta discussão não tenha lugar numa reunião pública, explicita claramente que não é sua intenção discutir com seriedade estes assuntos. -----

----- O Senhor Vereador Mário Bruno Magalhães, interrompendo uma vez mais a intervenção da Presidente da Câmara, questionou se esta estaria efetivamente disponível para integrar na proposta de Orçamento eventuais sugestões dadas pelo Vereador na presente reunião de Câmara. Sugeriu ainda não se irritasse, pois, tal lhe faria mal. Rematou afirmando que a Presidente de Câmara estava com mau especto, que anda com mau aspeto. -----

----- A Senhora Presidente, retomando a palavra, agradeceu a intervenção do Vereador Mário Bruno Magalhães afirmando que fica agradada por saber que não lhe fica bem aos seus olhos, considerando as afirmações como um elogio. Declarou que tais sugestões, para que fossem válidas, seria preciso, primariamente, que o Vereador Mário Bruno Magalhães efetivamente conhecesse o Orçamento ou o soubesse analisar. -----



-----Por outro lado, assinalou que o exemplo dado pelo Vereador Mário Bruno Magalhães, sobre uma dona de casa que não sabe operar uma máquina mais sofisticada, é bem ilustrativo e enquadra claramente o pensamento que este tem em relação ao papel das mulheres na sociedade. -----

----- Depois, lamentou profundamente a tentativa de desvalorização do avultado investimento que a Câmara Municipal tem feito na beneficiação dos estabelecimentos de ensino, naquele que constitui o maior investimento de sempre do Município na área da educação. -----

----- Relativamente à insistência no assunto sobre o acordo com a Águas do Marco, num momento em que o que está verdadeiramente em cima da mesa é a discussão do Orçamento Municipal para 2025, chamou a atenção para a evidente frustração do Vereador Mário Bruno Magalhães pelo facto de o Executivo do Partido Socialista ter sido capaz de resolver e encerrar definitivamente o problema herdado, suprimindo-lhe assim a oportunidade de continuar a alimentar uma polémica populista sobre este assunto. -----

----- Neste contexto, e relembando que o anterior Vice-presidente e detentor do pelouro do ambiente participou, numa fase inicial, das conversações e negociações com a empresa concessionária, declarou que em boa hora foi tomada a decisão de lhe serem retirados todos os pelouros, em virtude de o Vereador nunca ter evidenciado capacidade e competência para os assumir. A este respeito, confessou-se plenamente arrependida de lhe ter dado a oportunidade de assumir funções como Vice-presidente da Câmara Municipal, um cargo para o qual efetivamente não é digno. -----



----- O Senhor Vereador Mário Bruno Magalhães solicitou que ficasse registado em ata que caso tenha alguma dívida para com a Presidente da Câmara, Cristina Vieira, está disposto a pagá-la do seu próprio bolso, assumindo ser uma honra para si saber que nada deve a ninguém. -----

----- Aditou também nunca ter solicitado qualquer cargo, tendo assumido funções como Vice-presidente a convite da própria Presidente da Câmara Municipal. ----

----- A Senhora Presidente, retomando a palavra e a resposta no que diz respeito ao acordo firmado entre a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e a empresa concessionária Águas do Marco, reiterou que este foi devidamente apreciado e aprovado em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal, alvo de um parecer não vinculativo por parte da entidade reguladora ERSAR, apreciado pelo Tribunal de Contas e homologado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal. -----

----- Desafiada pelo Vereador Mário Bruno Magalhães, em mais uma interrupção à sua intervenção, a apresentar claramente o parecer favorável do Tribunal de Contas relativamente ao referido acordo, esclareceu que o processo foi remetido ao Tribunal de Contas conforme constitui obrigatoriedade legal, sendo que, em momento algum, esta entidade se pronunciou contra a efetivação deste acordo, posteriormente homologado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal. -----

----- Por fim, reportando-se à intervenção do Vereador Mário Luís Monteiro, questionou quais as áreas específicas em que o Vereador entende que a proposta de Orçamento Municipal para 2025 poderia ser mais ambiciosa, em termos de projetos que deveriam constar da mesma. -----



----- O Senhor Vereador Mário Luís Monteiro, no uso da palavra, começou por refutar a acusação de que alguns Vereadores foram alvo, explicitando que, pelo menos no seu caso pessoal, teve a oportunidade de ler e analisar a proposta de Orçamento. -----

----- Reconhecendo, porém, não possuir as competências técnicas indispensáveis a uma análise e pronúncia mais cabais, explicou que a sua intervenção anterior se revestia de um carácter mais genérico, no âmbito daquilo que seria a sua expectativa de ver contemplados num Orçamento desta dimensão alguns projetos mais inovadores, embora se compreendendo que eventualmente um período de final de mandato não será o mais propício para o lançamento de novos desafios. -----

----- Assinalou que na vertente do turismo e cultura, o Emergente Centro Cultural e o Museu Cármen Miranda são apresentados como projetos diferenciadores, quando na verdade já não são propriamente projetos novos, congratulando-se, no entanto, com a inclusão da Casa dos Arcos e com a beneficiação das novas instalações da Artâmega. -----

----- Ainda sobre aquilo que poderiam ser projetos inovadores para o concelho, recordou uma proposta que foi avançada numa Assembleia Municipal de Jovens, no sentido de o Município poder ponderar a execução de um projeto verdadeiramente diferenciador, similar ao que foi implementado nos Passadiços do Paiva, que poderia eventualmente passar pelo aproveitamento de uma pedreira desativada, conferindo uma outra dimensão à promoção turística do concelho. -----



----- Também apontou como aspeto claramente positivo a criação de bolsas de estudo para o ensino universitário. -----

----- Como nota concludente, não deixou de concordar com a premissa segundo a qual a Presidente da Câmara não cumpriu integralmente o seu compromisso de tentar articular o agendamento destas reuniões de Câmara em que são discutidos temas de particular relevância para o concelho com a disponibilidade do Vereador Francisco Vieira, eleito como deputado da Assembleia da República. -----

----- A Senhora Presidente, em resposta, clarificou que a responsabilidade pelo cumprimento deste compromisso não estará certamente toda do lado da Presidente da Câmara, verificando-se a sistemática ausência do Vereador Francisco Vieira – que já era Vereador da Câmara Municipal antes de ser eleito como deputado da Assembleia da República – nas reuniões de Câmara, acrescentando que existem prazos legais para a discussão e aprovação dos documentos previsionais que têm obrigatoriamente de ser cumpridos. -----

----- O Senhor Vereador António Mota, a este propósito, revelou que até à última hora o Vereador Francisco Vieira tinha a expectativa de poder estar presente nesta reunião de Câmara, algo que acabou por ser incompatível com a marcação de uma comissão de votação, no seio da Assembleia da República. -----

----- A Senhora Presidente, continuando a responder ao Vereador Mário Luís Monteiro, declarou que não sendo este, de facto, o momento oportuno para acrescentar propostas ao Orçamento, é sem dúvida o momento para que os Vereadores se possam expressar, no âmbito da discussão dos documentos



previsionais em reunião de Câmara. -----

----- O Senhor Vice-presidente da Câmara, Nuno Pinto, complementando a resposta às intervenções dos Vereadores, e cingindo-se à intervenção política do Vereador António Mota, ressaltou que na reunião prévia com o Vereador Francisco Vieira, em representação da coligação PSD/CDS-PP, e na qualidade de Presidente da Comissão Política do Partido Social Democrata, foram-lhe cabalmente explicadas as linhas gerais do Orçamento Municipal para 2025, pelo que se revelam algo surpreendentes alguns dos argumentos demagógicos incluídos na declaração de voto do PSD, que inclusivamente não são consentâneos ou coerentes com as políticas adotadas por Municípios vizinhos governados exatamente por Executivos do PSD. -----

----- Entre outras coisas, terá sido explicado previamente ao Vereador Francisco Vieira que o investimento contemplado na proposta de Orçamento para 2025 nada tem a ver com ciclos eleitorais, uma vez que estão em causa obras de relevante dimensão que serão concluídas muito para lá do mandato autárquico que termina no próximo ano. -----

----- No que diz respeito ao facto de ser este o maior Orçamento de sempre do Município de Marco de Canaveses, declarou ser esta uma realidade transversal a uma boa parte dos Municípios portugueses, fruto da circunstância de um processo de descentralização de competências e da sobreposição de instrumentos financeiros comunitários, com a conclusão do quadro comunitário Portugal 2020 – com o reforço de algumas verbas em *overbooking* para projetos maturados, por consequência de inexecução de alguns outros projetos



candidatados – o lançamento dos primeiros avisos do Portugal 2030 – sendo que no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, se prevê um envelope financeiro para o Município de Marco de Canaveses na ordem dos 21.000.000€, a executar, em teoria, até 2030, que eventualmente passará a 2022,33 – e o Plano de Recuperação e Resiliência. -----

----- No que diz respeito à execução do quadro comunitário Portugal 2030, explicou que no âmbito da estratégia do Executivo Camarário, foi deliberado incluir no referido pacote financeiro para o Município algumas obras que já se encontram em curso, com fundos próprios, o que significa que as verbas posteriormente ressarcidas resultarão em disponibilidade de tesouraria para fazer face a outro tipo de investimentos necessários. -----

----- Por outro lado, chamou a atenção para alguns constrangimentos de ordem técnica que têm conduzido a alguns atrasos na avaliação de candidaturas submetidas, um problema transversal a todo o território nacional, e com impacto significativo, por exemplo, naquilo que é a perspectivada execução da Estratégia Local de Habitação aprovada para o Município de Marco de Canaveses. -----

----- Depois, vincou que a credibilidade e o rigor de um Orçamento são medidos através da análise da componente da receita, sendo que deste ponto de vista é significativo e revelador o facto de a execução orçamental da receita, no Município de Marco de Canaveses, muitas vezes ultrapassar os 100%, o que refuta em absoluto as críticas sobre um alegado empolamento da receita. -----

----- No referente à execução da despesa, explicou que excluindo o valor do saldo de gerência – usualmente afeto a compromissos cujos *timings* de



lançamento fazem com que a sua execução se prolongue para lá do exercício – os níveis de execução são bons. -----

----- Em relação à política de desagramento fiscal adotada, fez questão de frisar que o Executivo do Partido Socialista foi muito além daquilo que era anteriormente praticado pelos Executivos do PSD, salientando a redução na participação no IRS ou a aplicação de reduções na taxa de IMI para agregados familiares com três ou mais dependentes a cargo. -----

----- Sobre aquela que é a proposta que o Partido Social Democrata tem defendido em relação ao lançamento da Derrama, reiterou que o diferencial de uma ou duas décimas percentuais tem uma insignificante expressão financeira.

----- Por outro lado, acrescentou que as taxas praticadas permitem cumprir com um princípio de justiça e equidade, fazendo equivaler a receita da qual o Município de Marco de Canaveses abdica, em termos de participação no IRS e Derrama, e que por consequência fica do lado das famílias e das empresas. ----

----- Reafirmou ser este um Orçamento Municipal cuja execução se reveste de grande exigência, sobretudo pelas áreas fundamentais de investimento, que incidem sobre as redes públicas de água e saneamento, infraestruturas rodoviárias e habitação social, com a explicitação de todas as intervenções planeadas a constar do relatório que acompanha a proposta em apreço. -----

----- Ressalvando que perante a argumentação constante da declaração de voto do PSD, seria de esperar que o voto do Partido Social Democrata fosse contra a proposta de Orçamento Municipal para 2025, manifestou total confiança de que esta proposta irá merecer o voto favorável dos Presidentes das Juntas de



Freguesia, que certamente ficarão agradados com os níveis de investimento contemplados para as suas freguesias. A título de exemplo, fez menção ao forte investimento previsto para a Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, com a ETAR da Agrela, a primeira fase da rede de abastecimento de água e saneamento, a construção do reservatório de Vila Boa de Quires e da adutora para trazer água do concelho vizinho de Penafiel, com um investimento estimado em cerca de 8.700.000€. -----

----- A Senhora Vereadora Clara Marques, em complemento, e começando pela intervenção do Vereador António Mota, indicou ter sido aprovado em reunião de Câmara o início do procedimento no que diz respeito à implementação do regulamento de incentivo à natalidade, ressaltando que no âmbito dessa discussão não foi apresentado qualquer contributo por parte do PSD. -----

----- No que concerne ao apoio às famílias com vulnerabilidades financeiras e sociais, lembrou que em outubro de 2022, o Município de Marco de Canaveses celebrou protocolos, aprovados em reunião de Câmara, com quatro Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho, com o objetivo de desenvolver esta resposta social. Como resultado disso, pode-se afirmar que nunca antes o concelho teve tantos técnicos de ação social a acompanhar as famílias Marcoenses, num total de treze, que complementam a equipa da ação social do Município. -----

----- Além disso, a renovação deste protocolo, recentemente deliberada, permite dar continuidade e estabilidade a este trabalho técnico de acompanhamento social para os próximos quatro anos. -----



----- Passando para a intervenção do Vereador Mário Bruno Magalhães, começou por perguntar diretamente qual ou quais os estabelecimentos de ensino em que, alegadamente, não foi fornecido papel higiénico, argumentando não ter, de todo, conhecimento de tal carência. -----

----- O Senhor Vereador Mário Bruno Magalhães, usando da palavra para responder a esta pergunta concreta, explicitou que na sua intervenção, tão desvalorizada pela Presidente da Câmara, poderia ter apontado como exemplo a Escola da Feira Nova, em que terão sido fornecidos pelo Presidente da Junta de Freguesia de Bem Viver apenas dois rolos de papel higiénico para cerca de trinta ou quarenta alunos – algo que foi categoricamente desmentido.-----

----- Sublinhou, no entanto, o devido enquadramento destas suas afirmações, quando a Presidente da Câmara se congratula com o reforço das transferências financeiras para as Juntas de Freguesia e um forte investimento na área da educação. -----

----- A Senhora Vereadora Clara Marques, retomando a palavra, sublinhou aquele que é o trabalho diário de proximidade desenvolvido com todos os Presidentes de Junta, sobretudo no que diz respeito às necessidades sentidas nos estabelecimentos de ensino. -----

----- A este propósito, referiu que exatamente por ser sensível a estas e outras necessidades das freguesias, a Câmara Municipal tem vindo a reforçar as verbas consignadas nos contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia, num investimento numa área estruturante que continuará a ser uma clara prioridade em 2025. -----



----- Considerou de extrema leviandade a declaração efetuada pelo Vereador Mário Bruno Magalhães, segundo a qual “a escola não tem nada”, ou a tentativa de desvalorizar os investimentos que têm sido realizados na melhoria das condições de conforto nos estabelecimentos escolares. -----

----- Neste contexto, salientou que o Orçamento para 2025 tem projetado um investimento na Escola Cármen Miranda, lembrando que esta, assim como a Escola EB 2/3 de Toutosa, foram mapeadas no âmbito de um acordo celebrado em 2022 entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo, à época, e que previa a sua requalificação integral, classificada como urgente. -

----- No entanto, infelizmente, o atual Governo não está a dar cumprimento a esse acordo celebrado em 2022, pelo que a Câmara Municipal, acautelando esta situação e até que sejam encontradas fontes de financiamento, decidiu assegurar, com meios próprios, a execução da requalificação da Escola Cármen Miranda, num investimento sensivelmente de 3.000.000€ - prova inequívoca da aposta e prioridade que é dada a esta área estruturante, num trabalho de rigor, proximidade e articulação entre os serviços, que tem proporcionado a prestação de um serviço de crescente qualidade à comunidade Marcoense. -----

----- Ainda neste âmbito, lembrou que o parque escolar do Concelho de Marco de Canaveses é composto por setenta e oito estabelecimentos de ensino, alguns dos quais nunca tinham sido alvo de uma intervenção de requalificação, pelo que se assinala o esforço que tem sido feito nesta área, registando-se intervenções, no ano transato, em mais de dez escolas, assim como a renovação de todo o mobiliário nas salas do 1.º ciclo do ensino básico, que será agora



complementado com similar intervenção ao nível da educação pré-escolar e modernização de cozinhas. -----

---- Assim, e face ao nível de investimento realizado, declarou não ser de bom tom ou condizente com as funções exercidas a tentativa de desvalorização por parte do Vereador Mário Bruno Magalhães das intervenções levadas a cabo pela Câmara Municipal nos estabelecimentos escolares. -----

---- O Senhor Vereador Mário Bruno Magalhães, no uso da palavra, declarou que a Vereadora com o pelouro da educação não está a fazer mais do que aquilo que lhe compete, num contexto em que, de forma precipitada e com o intuito de ser a primeira junto do António Costa, a Presidente da Câmara se apressou a assinar os autos de delegação de competências, sabendo à partida que o envelope financeiro a transferir pelo Estado não seria suficiente para fazer face a todos os encargos assumidos. -----

---- A Senhora Presidente, em resposta, explicou que as intervenções realizadas ao nível do 1.º ciclo do ensino básico e ensino pré-escolar nada têm a ver com o processo de descentralização de competências, sendo estas competências que já há muito eram assumidas pela Câmara Municipal, e que agora se encontram delegadas, por mútuo acordo, nas Juntas de Freguesia, naquilo que são pequenas intervenções de manutenção e naquilo que respeita à gestão da Componente de Apoio à Família. -----

---- Acrescentou que a Câmara Municipal tem assumido de forma responsável aquelas que são as suas novas competências nos domínios da educação, naquilo que é a gestão e manutenção das escolas afetas ao ensino preparatório



e secundário, tendo inclusivamente promovido a requalificação integral da Escola EB 2/3 de Alpendorada. -----

---- O Senhor Vereador Mário Bruno Magalhães manifestou a intenção de voltar a intervir sobre este assunto, algo que foi negado pela Presidente da Câmara, por entender que o mesmo já foi amplamente discutido e esclarecido. -----

-----**APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA**-----

E nada mais havendo a tratar, quando eram onze horas e quarenta minutos, a Senhora Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta, nos termos do artigo 57.º, n.º 3 do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 34.º, n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo. E eu, Maria da Piedade Teixeira Ferreira, Técnica Superior da Divisão de Administração e Arquivo, a subscrevi e assino. -----

_____ **A Presidente da Câmara Municipal** _____

-----**Dra. Cristina Vieira**-----

